

MERCADO ALAGOAS

EDIVALDO JUNIOR

mercadoalagoas@gazetaweb.com

ALINHANDO

Renan Filho se encontrou, ontem, em Belo Horizonte, com os governadores do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão e de Minas Gerais, Fernando Pimentel. Foi uma reunião para alinhar o discurso em relação à renegociação das dívidas dos estados com a União.

PACTO

Os três querem estabelecer um pacto com os demais governadores do país para apresentar uma proposta única ao governo federal. O decreto de regulamentação da LC 148, que modifica o indexador das dívidas de estados e municípios, desagradou a todos.

MOVIMENTO

A largada do movimento de governadores será no dia 1º de janeiro e inclui, além do encontro com ministros da área econômica, uma agenda com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

LACRADO

O Siafem – Sistema de Administração Financeira – de Alagoas continua fechado e só deve ser reaberto após a publicação de decreto que autoriza o Estado a realizar despesas mensais da ordem de um doze avos por mês, enquanto o Orçamento de 2016 não é votado na Assembleia Legislativa.

RITO

O secretário da Fazenda adianta que após reunião com o secretário de Planejamento e Gestão, Christian Teixeira, o texto do decreto foi enviado para a PGE. “Depois do parecer e da publicação, o Siafem será reaberto”, aponta.

PRAZO

A expectativa de George Santoro é que o decreto de 1/12 avos seja publicado entre as próximas sexta-feira e segunda-feira.

APERTO

Com o Siafem fechado, o estado atrasa o pagamento de fornecedores e compromete o funcionamento de vários órgãos. No HGE tem faltado até comida para os pacientes. Algumas prestadoras de serviços tem recorrido a empréstimos.

RECUPERANDO A...

A movimentação no comércio repercutiu positivamente entre os empresários. O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC) registrou 84,7 pontos em dezembro passado, em alta de 23,8 pontos em relação a novembro (68,44). Na comparação com dezembro de 2014 (109,4), no entanto, a confiança caiu 22,57 pontos.

...CONFIANÇA

O levantamento é da CNC/Instituto Fecomércio/AL Estudos e aponta, segundo o assessor econômico da Fecomércio, Felipe Rocha, para a melhora da confiança do empresário, em função “da recuperação da confiança do consumidor, que se sentindo mais seguro no emprego, voltou a consumir (inclusive bens duráveis)”.

AUDIÊNCIA

O MPF está convocando representantes da agricultura familiar de Alagoas para audiência pública no próximo dia 25, às 14h, no auditório da Procuradoria da República em Alagoas. Em pauta o artigo 14 da lei 11.947 (PNAE).

O QUE É

O artigo determina que “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”.

FAZ DE CONTAS

Em Alagoas, segundo levantamento da Unicafe-AL apenas 13% dos recursos federais do PNAE foram destinados, pelos municípios, para a compra de alimentos a agricultores familiares. No âmbito estadual, a situação é pior. A Secretaria da Educação passou o ano de 2015 sem comprar nada.

NOMES AOS BOIS

A audiência, convocada pela procuradora Niedja Rocha Kaspary, tem o objetivo de identificar quem não cumpre e porque não cumpre a lei. Anote aí: se disserem que é por falta de oferta de produtos da agricultura familiar serão desmentidos publicamente.

IMPOSTO. Confaz deverá analisar pedido endossado por empresários

Sebrae pede revisão das novas regras sobre ICMS

Presidente diz que a inclusão de micro e pequenas é inconstitucional

FOLHAPRESS

São Paulo, SP – O presidente do Sebrae (Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa), Guilherme Afif Domingos, entregou ontem, à área técnica do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) documento do Sebrae e mais 11 entidades representativas do comércio e da indústria defendendo alterações nas novas regras para o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Segundo novo modelo, aprovado por meio de emenda à Constituição, em vigor desde 1º de janeiro deste ano, os impostos estaduais das mercadorias compradas em outro estado passam a ser repartidos entre os locais de origem e de destino do bem. Posteriormente, um convênio do Confaz determinou como funcionaria o recolhimento na prática. Para o setor privado, entretanto, essa regulamentação tornou o processo burocrático e prejudicou principalmente as pequenas empresas.

O Confaz é um colegiado que reúne secretários de Fazenda de todas as unidades da Federação e é presidido pelo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa. O documento preparado pelas entidades foi entregue a Marcelo Ramos de Mello, presidente da Co-



ARQUIVO DA

Segundo o novo modelo, os impostos estaduais das mercadorias compradas em outro estado passam a ser repartidos entre os locais de origem e de destino do bem

missão Técnica Permanente do ICMS dentro do Confaz.

Segundo Afif Domingos, ele se comprometeu a convocar uma reunião para debater o assunto.

De acordo com Afif Domingos, no caso específico das micro e pequenas empresas, no entanto, as entidades recorrerão ao STF (Supremo Tribunal Federal) independentemente de uma reunião no Confaz. “Isso tem que ser para já. Enxergamos que houve uma flagrante

inconstitucionalidade [na inclusão dessas empresas no convênio]. A interpretação que deram é que [o convênio] alcança a todos, e a Constituição determina um tratamento diferenciado à micro e à pequena empresa, consagrado pela Lei Complementar 123”, afirmou o presidente do Sebrae.

Entre os pontos criticados pelos empresários como burocráticos está, por exemplo, o fato de as empresas serem obrigadas a obter inscrição no cadastro fiscal de cada estado para o qual vão vender seus produtos, apresentando inclusive documentação. “[A mudança nas regras] via Confaz é um processo longo, mas as empresas maiores têm mais estrutura para aguentar o tranco burocrático”, disse Afif.

Além do Sebrae, assi-

nam o pedido entregue ao Confaz as Confederações Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC); das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB); Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e Nacional da Indústria (CNI); a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenaccon); as associações Brasileira de Automação Comercial (Afrac); Brasileiro de Comércio Eletrônico (ABComm); Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) e Comercial de São Paulo (ACSP); a Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Camara-e-net) e o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Sescon-SP). ●

Volume

11

Entidades, além do Sebrae, assinam documento solicitando uma revisão nas novas regras do ICMS

COMBUSTÍVEIS. Promotor pede que as notas fiscais sejam guardadas

Consumidor poderá ser ressarcido, diz MP

DA REDAÇÃO

COM 61

O consumidor alagoano que abasteceu seu veículo em postos que aumentaram o valor da gasolina de forma abusiva poderá ser ressarcido. A afirmação é do promotor Max Martins de Oliveira e Silva, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, que investiga os preços praticados em postos de combustíveis de Maceió.

“Se for constatada abusividade em uma instauração de Ação Civil Pública, qualquer pessoa que abastecer em algum posto de combustível com preço abusivo pode ser ressarcida sim. O consumidor tem que ter a nota para entrar com uma ação e pedir o ressarcimento”, ressalta o promotor.

Max Martins solicita aos consumidores para que guardem as notas fiscais de abastecimento, enquanto o inquérito estiver trans-

correndo. “Acredito que no mais tardar no final da próxima semana teremos um resultado preliminar sobre o que foi apurado nesse período”, afirma o promotor.

Enquanto isso, a fiscalização aos possíveis abusos do preço cobrado pelos combustíveis nos postos de Alagoas continua. Fiscais da Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) em Alagoas notificaram 40 postos de combustíveis flagrados comercializando gasolina com valor acima do preço de mercado. Eles terão um prazo de 10 dias para apresentar defesa, justificando o reajuste do preço do combustível.

O Procon fiscalizou ao todo 56 postos. Destes, apenas 16 permanecem sob análise porque o preço da gasolina verificado na bomba atende à cotação média de mercado, segundo avaliação da fiscali-



ARQUIVO DA

A fiscalização aos possíveis abusos do preço cobrado pelos combustíveis nos postos de Alagoas continuam

zação.

Segundo assessoria de comunicação do Procon, caso os estabelecimentos não apresentem defesa, ou a defesa apresentada não seja deferida, os empresários serão multados. O valor da multa destinada aos proprietários dos postos de combustíveis pode variar de R\$ 600 a R\$ 6 milhões, dependendo do porte da empresa.

Em nota divulgada há pouco mais de uma semana, o Sindicato dos Combustíveis de Alagoas (Sindicombustíveis-AL), informou que o mercado de revenda de combustíveis é completamente livre. “O Sindicombustíveis-AL informa que a entidade não possui ingerência sobre os preços praticados pelos postos de combustíveis”, diz. ●

SERASA. Em 2015, busca diminuiu 1,9%, pior resultado em três anos

Recua procura de crédito por empresas

AGÊNCIA BRASIL

Brasília, DF – Depois de apresentar aumento de 5% em 2014, a procura de crédito por parte das empresas diminuiu 1,9% em 2015, no pior resultado dos últimos três anos, segundo o Indicador Serasa Experian de Demanda das Empresas por Crédito.

A maior queda, de 19,3%, ocorreu no segmento das empresas de médio porte, seguido pelas grandes empresas com recuo de 14,3%. Já nas micro e pequenas empresas, a queda foi bem mais branda, de apenas 0,7%. A Serasa Experian atribuiu essa diminuição em nível mais baixo do que nas

demais faixas empresariais aos avanços no processo de formalização e ampliação do número de microempreendedores individuais (MEIs).

Por setor, a indústria foi o que mais encolheu a procura por crédito (-7,8%). No comércio, a busca foi 2,5% menor do que em 2014 e o setor de serviços

foi o único a registrar alta, com crescimento de 0,4%.

Na análise por região, foi detectado aumento apenas no Norte do país, onde a demanda cresceu 0,6%. No Sul, a procura caiu 0,2%; no Sudeste, 3,6% e no Centro-Oeste, 3,7%. O Nordeste apresentou a maior queda, de 4,6%. ●

+ INDICADORES

Álcool anidro

(l) (bruto/mês) dezembro

2,1888

Álcool hidratado

(l) (bruto/mês) dezembro

1,7113

Boi gordo

@ [20/01]

160,00 a 165,00

Milho

saca 60kg [20/01]

R\$ 54,00

FONTE: FINEA, ESAL, SINOQUÍMICA

Câmbio

Compra Venda

Dólar comercial 4,1025 4,1050

Dólar turismo 4,0900 4,3400

Euro 4,4605 4,4658

Outros

Poupança 20/01 0,6416

TR 20/01 0,18%

SELIC 25/11 14,25%

IGP-DI (novembro) 1,19%

IGP-M (dezembro) 0,49%

IPCA (dezembro) 0,96%

IPC (dezembro) 0,82%

FONTE: REUTERS